

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.529 - SP (2019/0004622-1)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - SP303021**  
**RAFAELA FIGUEIREDO JORGE E OUTRO(S) - SP377458**  
**BIANCA DE AGUIAR FERREIRA - SP379843**  
**GABRIEL JUNIOR JANUARIO DA SILVA - MG178094**  
**AGRAVADO : JOSE GOMES VIEIRA JUNIOR - ESPÓLIO**  
**ADVOGADOS : WILSON JOSÉ DA SILVA FILHO - SP131053**  
**CARLOS MARIANO DE PAULA CAMPOS - SP222819**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 252):

Apelação - Execução por título extrajudicial - Sentença de extinção do processo por abandono da causa - Preliminar de nulidade da sentença - Inocorrência - Decisão adequadamente fundamentada - Irresignação improcedente - Exequente instado a se manifestar em termos de prosseguimento do feito - Transcurso do prazo do art. 485, III, do CPC - Formalidade do § 1º do art. 485 do CPC adotada, com a intimação pessoal da parte, que persistiu inerte - Abandono caracterizado - Súmula 240 do STJ - Inaplicabilidade em se tratando de execução não embargada - Precedentes - Hipótese não se subsumindo ao art. 924 do CPC - Arquivamento dos autos representando consectário lógico da extinção do processo - Princípios da celeridade, da economia processual e quejandos não servindo de pretexto para relevar a inércia da parte.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 261-281), a parte recorrente sustentou violação ao art. 485, III, § 6º, do Código de Processo Civil de 2015, argumentando que o requerimento do réu é indispensável na extinção do feito por abandono de causa.

Apontou, ainda, dissídio jurisprudencial com o intuito de demonstrar existência de interpretação divergente da Súmula n. 240 do STJ.

Oferecidas as contrarrazões às fls. 326-338 (e-STJ).

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 418-421 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Inicialmente, a parte recorrente sustenta violação ao art. 485, III, § 6º, do Código de Processo Civil de 2015, sob o argumento de que o requerimento do réu é

indispensável na extinção do feito por abandono de causa.

No caso, o Tribunal de origem concluiu ser inaplicável a Súmula 240 do STJ, que trata desse tema, uma vez que o réu não teria apresentado embargos à execução (e-STJ, fl. 256):

4. Veja-se que, pelo despacho de fl. 146, o apelante foi intimado a se manifestar, em termos de prosseguimento, uma vez que o feito se encontrava paralisado havia mais de trinta dias.

Persistindo a inércia, o apelante foi intimado pessoalmente, por carta precatória, na forma do art. 485, § 1º, do CPC (v. fls. 153/154) tendo transcorrido quase três meses sem provocação do interessado (v. fl. 155), até que o feito fosse sentenciado.

(...)

5. E não era caso, em absoluto, de exigir provocação da parte adversária, nos termos da orientação da Súmula 240 do STJ, uma vez que o apelado, embora citado, não opôs embargos à execução.

Depreende-se, portanto, que o entendimento adotado pela Corte de origem está em consonância com a jurisprudência do STJ no sentido de ser inaplicável a referida Súmula quando não há apresentação de embargos à execução, de acordo com os seguintes precedentes:

RECURSO ESPECIAL. EXTINÇÃO DA AÇÃO POR ABANDONO DO AUTOR. REGULAR INTIMAÇÃO PARA QUE DÊ ANDAMENTO AO FEITO. NÃO ATENDIMENTO. NECESSIDADE DE REQUERIMENTO DO EXECUTADO QUANDO EMBARGADA A EXECUÇÃO. EMBARGOS DO DEVEDOR COM TRÂNSITO EM JULGADO. CRÉDITO EXEQUENDO CERTO. EXTINÇÃO SEM REQUERIMENTO, MAS COM CONCORDÂNCIA EXPRESSA DO RÉU EM CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO.

(...)

2. Nos termos da Súmula 240 do Superior Tribunal de Justiça, a extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu, tendo em vista a necessidade de ser facultado ao demandado opor-se à extinção da demanda por não ser a ação um direito apenas do autor, mas também parte passiva, em determinadas circunstâncias.

3. A jurisprudência deste Tribunal Superior, aperfeiçoando o entendimento sobre a matéria, **entende que a extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, necessita de requerimento do réu apenas nos casos em que for embargada a ação/execução, por não ter havido, nesses casos, a integração do requerido à lide, justificando, assim, sua manifestação acerca da extinção.**

(...)

7. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 1355277/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 01/02/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ABANDONO DE CAUSA. 1. VALIDADE DA INTIMAÇÃO PESSOAL. ENDEREÇO FORNECIDO PELA AUTORA NA INICIAL. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO AO JUÍZO DE EVENTUAL MUDANÇA. 2. DESNECESSIDADE DE

REQUERIMENTO DO EXECUTADO PARA EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. 3. ASSERTIVA DE QUE NÃO HOUVE DE EFETIVA INTIMAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

**2. É necessário o requerimento do executado para a extinção da execução somente nos casos em que a execução é embargada.**

(...)

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1495046/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ABANDONO DE CAUSA. INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA PÚBLICA PARA DEMONSTRAR INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PARTE QUE SE MANTÉM INERTE.

**1. Em se tratando de execuções não embargadas, a jurisprudência do STJ vem firmando entendimento sobre a possibilidade de extinguir o feito sem resolução do mérito *ex officio*, por abandono do polo ativo, quando se mantiver a parte inerte, independentemente de requerimento da parte adversa.**

2. Hipótese em que o autor, ora agravante, foi intimado para manifestar interesse no prosseguimento da Execução Fiscal no prazo de 48 horas, sob pena de extinção do feito nos termos do § 1º do inciso III do art. 267 do Código de Processo Civil.

3. O prazo em questão é peremptório, razão pela qual deve ser observado. Uma vez ultrapassado, indiscutível a inércia da parte.

4. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1710652/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 16/11/2018)

Inafastável, portanto, incidência da Súmula n. 83 do STJ, que impede o conhecimento do recurso por ambas as alíneas.

**2.** Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 568/STJ, **nego provimento** ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator